

# Sobre as ameaças de venda de ativos da Petrobras



**Deyvid Bacelar**

Representante dos trabalhadores no conselho de administração da Petrobras

As possibilidades de intensificação da venda de mais ativos são cada vez mais notórias. Além da notícia de que a Petrobras venderá sua parcela na Braskem, o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, diz que a companhia está analisando a venda da Transpetro, cujo orçamento para este ano já foi reduzido em mais de R\$ 1 bilhão. Monteiro nega, porém, a necessidade de a Petrobras receber aportes do governo, dado o maciço programa de desinvestimentos do Plano de Negócios e Gestão (2015 a 2019).

A posição desse diretor, além de resgatar uma política duramente criticada pelos movimentos sociais durante o governo FHC, mostra-se indevida, uma vez que antecipa uma discussão não realizada nem definida, seja no conselho de administração (CA) da Petrobras, seja nos comitês da empresa que tratam do tema.

A publicidade desses fatos apenas gera especulações, afeta o ambiente de mercado, bem como o clima da estatal, comprovando uma clara insubordinação da diretoria em relação às instâncias decisórias da empresa. As vendas de quaisquer ativos da Petrobras são discutidas internamente; contudo, essas decisões passam, necessariamente, pelo comitê estratégico e, depois, pelo CA. Afinal, os conselheiros podem apresentar ressalvas e pontos críticos quanto às medidas escolhidas internamente, como ocorreu na discussão na venda da BR Distribuidora, por exemplo.

O mais grave é que, embora seja uma sociedade anônima, o acionista majoritário da Petrobras é o governo federal. Desse modo, a Petrobras responde às diretrizes do seu acionista majoritário, que são determinadas pela Presidência da República e seus ministérios.

O jornal O Globo, de 16.1.16, informou que "a presidente Dilma Rousseff afirmou (...) que não descarta uma capitalização da Petrobras, se os preços do petróleo no exterior continuarem a cair". Ao expor uma estratégia contrária àquela explicitada pela Presidência, o diretor indica que não cumpre o seu papel de articular as ações da companhia às estratégias do acionista majoritário, algo

que obviamente deveria ocorrer.

A sua afirmação de que "a capitalização seria a última alternativa a ser perseguida e não está no nosso radar neste momento" permite a interpretação de que a atuação da atual diretoria favorece outros segmentos econômicos e sociais que não o governo federal. As pressões contínuas de uma vasta gama de atores sociais, que desejam a privatização da Petrobras e, dessa forma, fazem uso da instabilidade política atual da empresa para tentar desmontá-la, não justificam a divulgação de novas medidas.

Deve-se ressaltar que a pressa em divulgar medidas ainda não discutidas no CA mostra a inabilidade e a incompreensão da atual diretoria na análise da conjuntura política e econômica do país. Além da instabilidade política e da forte tensão existente entre o Poder Executivo e o Legislativo, a conjuntura internacional apresenta uma característica bastante volátil, tendo em vista as recentes variações da taxa de câmbio e a queda abrupta nos preços do petróleo. Somado a isso, os impactos sociais relacionados a essas medidas – como desemprego e redução da renda dos trabalhadores – são motivos mais que suficientes para demonstrar que não há um cenário favorável à estatal e ao país para a realização de qualquer nova venda de ativos estratégicos.

Por fim, a decisão de vender mais ativos despreza a atuação do Grupo de Trabalho da Pauta pelo Brasil, montado em dezembro de 2015 e que se propõe a discutir esse e outros temas com os gestores da Petrobras, buscando reverberar as demandas da sociedade por uma Petrobras 100% pública.

*"Uma vasta gama de atores sociais deseja a privatização da Petrobras e tenta desmontar a empresa"*